



# MUNICÍPIO DE PANCAS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



**LEI Nº 2.109, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.**

**"DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE PANCAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE**

## LEI:

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Pancas, sendo órgão colegiado de instância superior consultivo, proponente e fiscalizador vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que tem por finalidade os seguintes objetivos e competências:

- I - Propor e aprovar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e acompanhar as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;
- II - Zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;
- III - Acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais da acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo, habitação e outras relativas à pessoa com deficiência;
- IV - Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
- V - Propor a elaboração de estudos e pesquisas que visem à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;
- VI - Propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;
- VII - Acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;
- VIII - Manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;
- IX - Avaliar anualmente o desenvolvimento da política municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência de acordo com a legislação em vigor, visando à sua plena adequação;
- X - Defender os direitos da Pessoa com Deficiência em todas as citações que couber sua atuação e/ou intervenção.

## DA COMPOSIÇÃO

**Art. 2º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Pancas terá a seguinte composição de membros efetivos, e seus respectivos suplentes, conforme a seguir descrito:

- I - 04 (quatro) Representantes do Poder Público, sendo, preferencialmente:
  - a) - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
  - b) - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer;
  - c) - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
  - d) - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- II - 04 (quatro) Representantes da Sociedade Civil Organizada:
  - a) - Os 04 (quatro) representantes da sociedade civil serão escolhidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, pela da Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Pancas, assegurada à representação das entidades, grupos e movimentos que tenham efetiva atuação na área.



# MUNICÍPIO DE PANCAS

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



### FUNCIONAMENTO

**Art. 3º** - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, podendo ser convocado extraordinariamente, por motivos relevantes, se assim justificar-se, bastando para isso 1/3 (um terço) das assinaturas dos membros do Conselho.

**Art. 4º** - Os conselheiros indicados pelo poder público e eleitos pela sociedade civil organizada terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período

I - Os conselheiros serão nomeados e empossados por ato do Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da eleição dos representantes da sociedade civil.

II - Os conselheiros perderão o mandato ou serão substituídos pelos respectivos suplentes, nos casos de:

a) faltarem a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas, sem justificativas, devendo tais faltas ser comunicadas às entidades ou organizações representadas pelos conselheiros faltosos;

b) apresentarem procedimento incompatível com a dignidade das funções;

c) apresentarem conduta desidiosa no cumprimento de sua função

d) apresentarem renúncia na plenária do conselho, que deverá ser lida na sessão seguinte a de seu acolhimento;

**Art. 5º** - São critérios para a composição do Conselho, preferencialmente:

I - Atuar em entidade, órgão ou movimento representativo dos direitos da Pessoa com Deficiência ou em áreas afins;

II - Participar de grupos ou entidades que tenham envolvimento na elaboração e realização de políticas públicas relacionadas à Pessoa com Deficiência;

III - Atuar no desenvolvimento de atividades destinadas à promoção, defesa e divulgação dos direitos da Pessoa com Deficiência.

**Art. 6º** - O Conselho elegerá entre seus membros, pelo quorum de maioria absoluta o presidente, o vice-presidente, o primeiro-secretário e o segundo secretário.

**Art. 7º** - A eleição do presidente e do vice-presidente dar-se-á por meio de escolha, dentre seus membros, por voto de maioria absoluta, em votação aberta, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidas por mais um mandato consecutivo.

**Art. 8º** - Os membros suplentes terão direito à voz nas sessões plenárias, somente tendo direito a voto, quando em substituição ao titular.

**Art. 9º** - O Conselho apresentará a sociedade anualmente relatório de suas atividades em Assembléia Geral, convocada para este fim.

**Art. 10** - Os serviços prestados pelos membros deste Conselho são considerados de interesse público relevante e não serão remunerados.

**Art. 11** - O presidente do Conselho poderá convidar os gestores de órgãos públicos, pessoas físicas ou jurídicas, para esclarecimento sobre matéria em exame, mediante solicitação formal prévia e aprovação da plenária.

**Art. 12** - O Conselho manterá intercâmbio com demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais.

**Art. 13** - As reuniões do Conselho realizar-se-ão em local de fácil acesso da população.

**Art. 14** - O funcionamento do Conselho será disciplinado por seu regimento interno, aprovado pelos conselheiros e instituído através de decreto.

**Parágrafo Único** - O regimento de que trata o caput deste artigo deverá ser elaborado e aprovado pelo conselho no prazo de até 90 (noventa) dias, após a posse dos conselheiros.



# MUNICÍPIO DE PANCAS

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



**Art. 15** - O Conselho poderá dispor de comissões provisórias ou permanentes de competências distintas, objetivando a elaboração de projetos destinados a formação de novos conselheiros e a proposição de medidas que visem a operacionalização de seus objetivos.

**Parágrafo Único** - As comissões poderão compor grupos de trabalhos especializados para apoio e assessoria técnica ao Conselho, assim como convidar dirigentes de órgãos públicos, pessoas físicas e/ou jurídicas, para fortalecer suas funções consultivas, proponente e fiscalizador.

**Art. 16** - As deliberações do Conselho produzirão efeito a partir da publicação das resoluções correspondentes.

**Art. 17** - O Conselho poderá manifestar-se publicamente sobre assuntos de sua órbita de ação, de acordo com a decisão da maioria de seus integrantes.

**Art. 18** - O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Assistência Social dará suporte necessário ao pleno funcionamento regular do Conselho, bem como o apoio para garantir o pleno funcionamento regular do conselho.

**Parágrafo Único** - É dever da Secretaria Municipal de Assistência Social fomentar a participação popular no presente conselho através da divulgação das eleições e promoção de políticas públicas voltadas à formação/ incentivo de conselheiros.

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 19** - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 20** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pancas, 20 de Setembro de 2023.

**SIDICLEI GILES DE ANDRADE**

Prefeito Municipal de Pancas

Registrada e publicada na data supra:

**JUARANA LOPES DA SILVA GILES**

Chefe de Gabinete